

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA (PARTE II)

Os Professores Doutores Suzani Cassiani e Irlan von Linsingen, da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenam o Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste (PQLP/CAPES) - programa financiado com verba do Brasil - e atuam nessa função desde 2009.

Na seguinte entrevista, os referidos professores fazem um apanhado geral dos processos de implementação da Língua Portuguesa em Timor-Leste, baseado em estudos de pós-doutorado, que desenvolvem no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.

Nos dias de hoje, quanto da população fala efetivamente o português?

Os dados de várias fontes giram em torno de 17 a 25%.

Por exemplo, numa pesquisa realizada pelo Banco Mundial de 2009, 70% dos estudantes do final do 1º ano não conseguiam ler uma palavra de um texto simples. No 2o. ano essa porcentagem cai para 40%; e no 3o. ano para 20%.

Mesmo considerando que as avaliações nacionais nem sempre são confiáveis, pois não levam em conta os conhecimentos cotidianos dos estudantes, ela pode fornecer algumas evidências. Por exemplo, 17% das crianças entrevistadas responderam que seus pais falam português em casa.

O que pode ser feito (pelo governo timorense, pelos países da CPLP e demais comunidade internacional) para que o português seja uma língua falada em pé de igualdade com o tétum?

Inferimos que o tétum é uma língua muito importante para o Timor, já que atualmente é a língua falada em quase todo território. Costa afirma que o tétum funciona como língua de coesão nacional, sendo, ao mesmo tempo, fator de identidade de todos os leste-timorenses. Portanto, a língua portuguesa precisa ter uma relação de parceria com o tétum. Então, chegamos à conclusão de que para que os professores timorenses aprendam nessas formações oferecidas pelo Ministério da Educação, os cooperantes estrangeiros precisam também aprender o tétum, para poderem atuar nesse cenário multicultural, para haver um diálogo de saberes. Não se trata de enfraquecer a língua portuguesa, mas facilitar a compreensão e intensificar o respeito à cultura local.

Segundo as Leis de Diretrizes, o tétum e o português são as línguas do sistema educativo, porém os materiais didáticos em tétum e mesmo em português são muito escassos e muitas vezes as cooperações fazem uma transnacionalização de currículos, colocando exemplos muito distantes da realidade timorense. É só pegar um manual didático de ciências elaborado pelas cooperações internacionais e você verá exemplos com um enorme distanciamento do contexto timorense.

As escolas precisam ter professores de

português, que contribuam com a formação de professores timorenses. Pensamos que é preciso trabalhar com esses professores, ensinando a língua portuguesa e os conteúdos em português (para as disciplinas específicas como os de ciências da natureza). É preciso trabalhar com os professores timorenses e não para eles. Nós já fizemos alguns ensaios em pequena escala em escolas com os professores de Díli, no seu contra turno, contribuindo para o desenvolvimento de aulas, fazendo planejamentos, oficinas de música, teatro, feiras de ciências, projetos interdisciplinares. Mas nada disso adianta se o professor não for valorizado. Acreditamos que, para dar certo, é preciso focar na formação em serviço! O professor poderia ficar um dos períodos em aulas e no outro período em formação, com os cooperantes falantes de português e com professores timorenses que são proficientes em língua portuguesa e têm nível de formação superior, alguns já com Mestrado e Doutorado, trabalhando na formação continuada dos demais. Além disso, precisam ser remunerados adequadamente e certificados em seus planos de carreira.

Existe resistências por parte da população ou do governo de Timor para que o português não ocupe a mesma posição do tétum?

Difícil afirmar a intensidade e os sujeitos envolvidos nessa questão da resistência. Na época da escolha da LP houve a resistência porque os jovens não foram consultados sobre essa polêmica questão. Claro que depois de tantos acontecimentos, inclusive com questões relacionadas à língua, é até normal que tenham surgido as resistências. Porém, pensamos que o português não deve querer ocupar a mesma posição do tétum, pois essa língua é um patrimônio do Timor-Leste. A LP também é um patrimônio de Timor-Leste, a questão entre o Tétum e o Português não pode ser de competição e sim de funções diferenciadas e partilhadas. Entendemos que, para atingir 100% de falantes do português, há ainda um longo caminho.

É preciso trabalhar com os professores timorenses e não para eles.

O inglês (devido a proximidade e influência da Austrália) poderia ser uma ameaça para o ensino do português? Os jovens teriam uma maior preferência em aprender o inglês?

Vários programas internacionais de origem diversa (Portugal, Nova Zelândia, Austrália etc) apresentam uma série de iniciativas e propostas. Estes disputam poder nesses processos de construção do sistema educacional em Timor-Leste. Talvez possa ser uma ameaça. Há projetos, por exemplo, em que

estudantes australianos vão acampar nas aldeias com o intuito de ensinar o inglês. Essas ONGs que ensinam inglês, não deveriam ter a obrigação de ensinar também o Tétum e o Português? É uma questão na qual o governo teria que se impor. Outro ponto importante é que na televisão timorense passa demasiado as línguas inglesa e indonésia (filmes e desenhos animados). Isso realmente não contribui. Enfim, é difícil dizer se os jovens tem preferência pelo inglês, mas muitos reclamam que a língua portuguesa é mais difícil, pela sua complexidade nas flexões verbais. A televisão é um canal muito interessante de veiculação da LP e que não tem recebido a devida atenção.

A língua portuguesa precisa ter uma relação de parceria com o tétum.

Falem dos projetos que têm desenvolvido em Timor-Leste.

Nossa atuação, pode ser resumida em quatro frentes: 1) apoio à Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (cursos de

formação de professores, organização de eventos, formação de grupos de pesquisa, codocência; 2) Projeto de Capacitação de Professores da Educação Básica (formação inicial e continuada, cursos de curta duração, projetos temáticos desenvolvidos nas escolas, com possibilidades); 3) Ensino de língua portuguesa nos Ministérios e na preparação de estudantes que vão estudar no Brasil e em Portugal, assim como veiculação da LP por meio de jornal e de mostras de cinema; 4) TV Educativa na produção e na revisão de teleaulas elaboradas pelos parceiros timorenses, para formação de professores.

Vemos de extrema relevância nossa atuação na educação timorense. Na UNTL, em vários cursos, ainda se fala em Indonésio, mas na Faculdade de Educação (LICEU) há um esforço muito louvável para que os estudantes tenham fluência em português, estudantes que serão os futuros professores.

Em todas essas frentes, identificamos dois problemas nas cooperações internacionais:

1) o ensino de ciências em língua portuguesa a não falantes ou pouco falantes de português, futuros professores ou docentes em serviço, os quais necessitam de formações numa língua que não têm domínio;

2) os efeitos da colonialidade e a transnacionalização de currículos, que impõem certa forma de colonialidade do saber e do poder.

Nesse sentido, estamos tentando atuar em parceria com o Timor-Leste envolvendo diálogo de saberes e, favorecendo a emancipação do povo timorense.

Muito aprendemos nessa caminhada junto ao PQLP e ao Timor-Leste. Afinal, queremos enfatizar o papel de nossos queridos professores, que mesmo com o isolamento da família imposto pela distância, tanto se esforçam para que a nossa cooperação seja a cada ano aprimorada e com isso muitos frutos colhidos. Aos timorenses: nosso muito obrigado pela possibilidade de aprendizagem que nós, do Brasil, temos nessa convivência.

